

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (Com Eduarda Esposito)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O que resta

Com a esquerda mais amarrada ao projeto do PT de 2026, o próximo partido que Lula tentará segurar a seu lado será o MDB. Para isso, porém, terá que desagradar parte do PT e oferecer a vice ao partido. O nome mais forte para isso, a preços de hoje, é o do governador do Pará, Hélder Barbalho. Ele tem a vantagem de contar com uma grande bancada e capacidade para tentar consolidar uma maioria capaz de levar, numa convenção partidária, a aprovação da aliança. Mas esse movimento ainda está longe de se consolidar. Afinal, Lula, o PT e o MDB sabem que para chegar bem em 2026 é preciso mostrar serviço neste ano — que começa, na prática, na segunda-feira.

O que mais importa a Bolsonaro

O ex-presidente tem dito a amigos que não ser candidato em 2026 incomoda, mas o importante é não perder o bolsonarismo. Logo, não tem essa de abrir a vaga para o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Para segurar o bolsonarismo, só alguém da família concorrendo.

Por falar em Tarcísio...

A perspectiva de o governador deixar o Republicanos está praticamente descartada. Se for para o PL, ficará totalmente dependente de Valdemar Costa Neto e de Bolsonaro. No Republicanos, tem o poder de atrair mais legendas para a oposição a Lula e ao PT, no projeto à reeleição em São Paulo.

O negociador

Aos poucos, o vice-presidente Geraldo Alckmin vai ganhando terreno no governo. É hoje o principal protagonista da negociação com o governo de Donald Trump no quesito tarifas e no tema da inflação de alimentos.

Lula repete a estratégia de 2022

Com as notícias de que o PP não acompanhará o PT em 2026, e a perspectiva de outros partidos de centro fazerem o mesmo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva caminha rumo à campanha do próximo ano da mesma forma que trilhou a que o levou à aliança de 2022. Primeiramente, fechará com os partidos mais à esquerda — daí a vontade de alguns de que o deputado Guilherme Boulos (PSol-SP) seja ministro. Na mesma linha, segue ainda a possibilidade de nomear a deputada Tabata Amaral (SP) ministra de Ciência e Tecnologia, como forma de atrelar ainda mais seu partido, o PSB, ao governo. E não mexer muito nos partidos de centro. A ordem é esperar para ver como o governo e Lula fecharão 2025 para, depois, avaliar os demais.



Propostas não faltam

O tributarista Antônio Carlos Morad afirma que programas do passado podem ajudar o governo na empreitada para baixar o preço dos alimentos. “Algo como o Programa de Aquisição de Alimentos (iniciado em 2003) pode ser um grande alívio para a população. Outro meio que regula os preços de alimentos de forma bastante eficaz, e sempre foi utilizado pelo governo, é a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Porém, os dois governos anteriores reduziram a importância desse meio”, disse. Outra medida que ajudaria na diminuição do preço dos alimentos seria a redução de tributos ou até isenção em tempos de entressafra.

Por que a Conab?

Morad diz que a armazenagem da companhia “sempre foi importante para a regulação dos preços, pois o governo federal pode, com isso, impor ao mercado de alimentos uma maior oferta de produtos com baixa circulação, se contrapondo à especulação”.

CURTIDAS

Ação preventiva/ O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), apresentou projeto de lei que visa impedir a apreensão do passaporte de qualquer parlamentar. A proposta, se aprovada, pode ajudar o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que teve a retenção do documento pedida pelo PT por suposto crime de lesa-pátria.

A praia dele/ Com o fim do prazo para apresentar defesa, Bolsonaro soltou nas redes sociais um áudio antigo de Mauro Cid no qual o ex-ajudante de ordens afirma que foi coagido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a concordar com a narrativa da corte ou perderia os benefícios da delação premiada. Esse mesmo áudio foi o que causou o desmaio do militar quando escutou que violara os termos da delação.

Da PEC para o Senado/ O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), assinou na semana passada uma portaria que libera a escala de trabalho 4x3 para alguns servidores da casa que exerçam função singular. As áreas são Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa, Gabinete da Presidência, Advocacia, Auditoria, Consultoria Legislativa, Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle e Secretaria de Comunicação Social.

Tá na área/ Cotada para o governo, Tábata Amaral afirma que ainda não foi procurada por Lula, mas que segue à disposição. “É importante, primeiro, reforçar que sigo e seguirei à disposição — como venho demonstrando ao longo dos últimos anos —, a enfrentar os desafios por um país menos desigual, mais ético e justo”.

Luto na dança/ O corpo do coreógrafo Luiz Mendonça, falecido esta semana vítima de câncer, será velado na manhã de hoje, em Niterói, entre as 10h e 12h, no Crematório e Cemitério Ecológico Memorial Campo da Paz. Luiz foi importante na cena artística de Brasília, nos anos 1980, quando comandou o Endança e o Grupo Experimental de Dança da UnB (GedUnB). A família e aos amigos, nossos sentimentos.

DEMOCRACIA / STF analisará recursos para retomar denúncia contra militares acusados da morte e ocultação de cadáver de Paiva

Nova revisão da Lei de Anistia

» ANA MARIA CAMPOS

» Fernandas homenageadas

As atrizes Fernanda Torres e Fernanda Montenegro, do longa *Ainda Estou Aqui*, vão ser homenageadas pelo Senado com o Diploma Bertha Luz, concedido anualmente a personalidades que se destacam na defesa dos direitos das mulheres e das questões de gênero no país. A cerimônia de entrega está marcada para o dia 26, às 10h. A lista tem mais 17 homenageadas.

processo retornará à primeira instância para que um juiz avalie a responsabilidade dos réus.

São três os processos que motivam o debate no tribunal: o desaparecimento de Paiva e do jornalista Mário Alves, cujos corpos nunca foram encontrados; e o relacionamento ao assassinato do militante Helber Goulart, da Ação Libertadora Nacional (ANL).

Nos três casos, o Ministério Público Federal questiona decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), que entenderam que os crimes estavam abrangidos pela Lei da Anistia e encerraram as ações penais contra os acusados.

O relator do caso é o ministro Alexandre de Moraes, que também está à frente dos inquéritos e denúncias dos envolvidos na trama golpista que culminou no 8 de Janeiro de 2023.

Em 2010, o STF chegou a apreciar se a Lei da Anistia valeria para impedir punições de agentes do Estado (policiais e militares) que praticaram atos

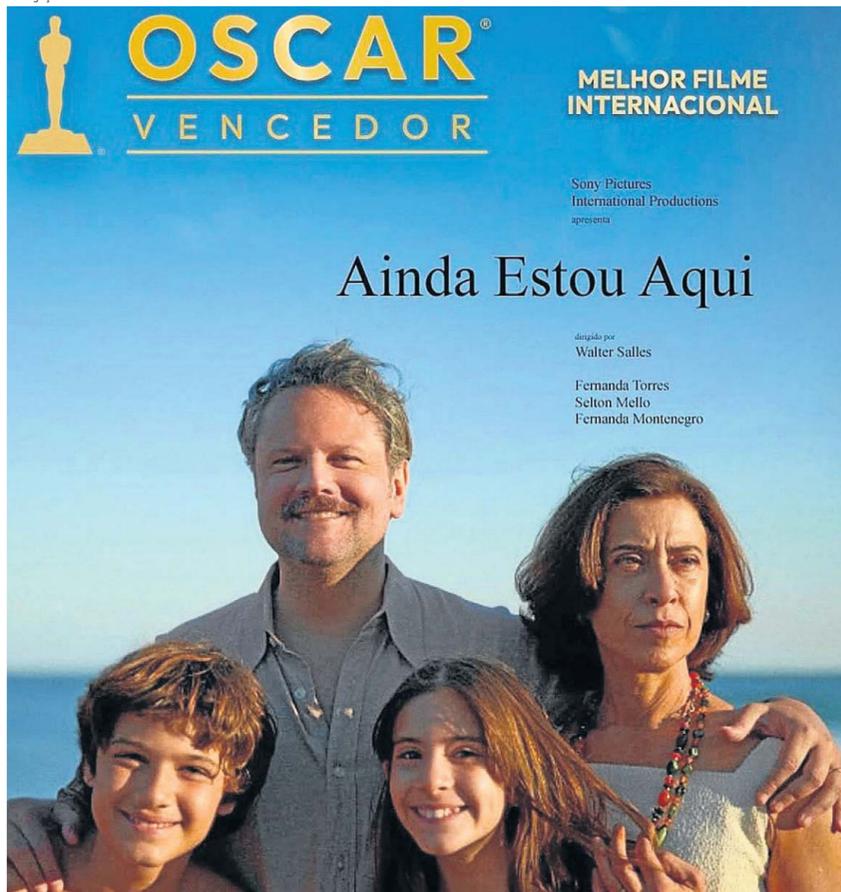
de tortura e violência a presos políticos. Foi no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153) em que a Corte rejeitou o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por uma revisão na Lei da Anistia nesse ponto. O caso foi julgado impropriedade por sete votos a dois.

O voto vencedor foi do ministro Eros Grau, relator do processo. Ele ressaltou que não cabe ao Poder Judiciário rever o acordo político que resultou na anistia de todos aqueles que cometeram crimes políticos, entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Seguiram Eros Grau as ministras Cármen Lúcia Antunes Rocha e Ellen Gracie e os ministros Gilmar Mendes, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello e Cezar Peluso.

Defenderam uma revisão da lei, alegando que a anistia não teve “caráter amplo, geral e irrestrito”, os ministros Ricardo Lewandowski e Ayres Britto. O ministro Dias Toffoli não participou do julgamento porque estava à frente da Advocacia-Geral da União (AGU) à época em que a ação foi ajuizada.

Mas o momento político do país é outro. Moraes sustentou que o julgamento da ADPF 153 não esclareceu sua aplicação a crimes permanentes. Ele também ressaltou que a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem responsabilizado o Brasil por omissão nos crimes de Estado na ditadura, o que demonstraria a necessidade de uma nova discussão sobre o assunto, tendo como base uma “ordem constitucional que preza de modo intransigente pelo respeito aos direitos humanos”. A manifestação foi seguida por unanimidade.

Divulgação



A Sony Pictures atualizou o pôster do filme ganhador do Oscar. “Ainda estamos comemorando”, diz a empresa

Trama golpista: hora das defesas

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu parte das defesas dos denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) na investigação sobre a tentativa de golpe de Estado. O prazo para a manifestação dos advogados terminou ontem, mas há um outro grupo com data-limite para hoje — como o ex-ministro Walter Braga Netto. Até o fechamento desta edição, os advogados do ex-presidente Jair Bolsonaro não tinham protocolado o documento.

Após essa fase, o ministro Alexandre de Moraes avaliará os documentos enviados e decidirá se há necessidade de nova manifestação da PGR. Com a análise preliminar concluída, a Primeira Turma do STF deve julgar se os denunciados se tornarão réus, e uma nova fase do processo será iniciada.

Ontem, Moraes negou o pedido de Braga Netto para prorrogar o prazo da apresentação da defesa.

O deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), também

denunciado, disse ao STF que deixou o governo Bolsonaro antes da “radicalização” dos apoiadores. O parlamentar, que chefiou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) de julho de 2019 a março de 2022, negou qualquer ato antidemocrático.

Os 34 denunciados são acusados de crimes como organização criminosa, tentativa de golpe de Estado, dano ao patrimônio público e abolição violenta do Estado Democrático de Direito.